



**Ministério
das Finanças**
Direção Nacional do Planeamento

Nota Conceptual

**Consultas Territoriais no âmbito do exercício
“Cabo Verde: Ambições 2030”**

ÍNDICE

1	Contexto	2
2	Objetivos das consultas territoriais	4
3	Resultados Esperados.....	5
4	Metodologia das consultas.....	5
4.1	Áreas Temáticas.....	5
4.2	Duração das Sessões.....	6
5	Perguntas de Referência para o Debate.....	6
5.1	Desenvolvimento do Capital Humano.....	6
5.2	Resiliência e ação climática	7
5.3	Criação de cadeias de valor na agricultura	7
5.4	Cabo Verde Plataforma Internacional de Saúde	8
5.5	Emprego jovem.....	9
5.6	Economia azul.....	9
5.7	Economia digital	10
5.8	Financiamento da economia e desenvolvimento do sector privado nacional.....	10
5.9	Gestão do território e desenvolvimento sustentável.....	11
6	Calendário (indicativo).....	12

1 CONTEXTO

Após um percurso notável na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), no qual o País terá registado importantes progressos em todas as áreas de atuação, e realizado todos os ODM, face aos desafios para o pós-2015 e com base nas lições aprendidas a partir da revisão dos ODM, a Agenda internacional 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi amplamente discutida em Cabo Verde antes da sua aprovação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) impregnaram, de forma visível, o Programa do Governo da IXª Legislatura e, por consequência, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017 – 2020, que está completamente alinhado com essa agenda universal. A nível local, os ODS estão territorializados através dos Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS), elaborados de forma participativa e articulados com o PEDS. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é, portanto, assumida como a Agenda de Cabo Verde, como a plataforma para entender o presente e o caminho para o futuro destas ilhas atlânticas.

Passados 4 anos desde o início da implementação da Agenda 2030, a ONU organizou a primeira Cimeira dos ODS, a 25 de setembro de 2019, com o objetivo de medir os progressos já alcançados. As suas conclusões mostram que o que foi feito até agora não é suficiente e, por isso, é necessário que os países aumentem a sua ambição. Perante estes resultados, a Cimeira dos ODS apelou a um maior esforço dos Estados e reuniu líderes políticos, sociais e empresariais para encontrarem soluções que promovam a implementação dos ODS. Como resultado, a Cimeira produziu **100 ações de aceleração dos ODS a nível global** e uma declaração política na qual apela a **10 anos de compromisso** e entrega totais, ou seja, **uma Década inteira de Ação**, a partir de janeiro de 2020.

Cabo Verde assumiu a Década de Ação e assim, em Dezembro de 2019, o Governo, com o apoio das Nações Unidas e da União Europeia iniciou o processo de priorização, e identificou **cinco aceleradores** para a caminhada para o desenvolvimento sustentável, a saber: (i) **desenvolver o capital humano**; (ii) **realizar o potencial da economia azul**; (iii) **aumentar o acesso às energias renováveis**; (iv) **desenvolver a economia digital** e; (v) **aumentar o valor acrescentado do turismo na economia real**. As **mulheres e os jovens** foram identificados como **grupos alvo prioritários**. O **financiamento**, as **parcerias**, a **segurança**, o **fortalecimento das instituições e sistemas** e a **conectividade**, representam, por sua vez, fortes influenciadores dos aceleradores.

Em Fevereiro de 2020, o Governo de Cabo Verde lançou o exercício “**Cabo Verde Ambições 2030**”, visando produzir a Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde e, em específico:

- Mobilizar a sociedade Cabo-verdiana e construir o consenso sobre orientações estratégicas para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, através de estudos e debates temáticos com incidência no desenvolvimento sustentável;
- Promover o alinhamento dos principais atores do desenvolvimento sustentável sobre as grandes orientações estratégicas e;

- Priorizar, por consenso nacional, os ODS e as metas nacionais e regionais, adotando os aceleradores.

A «Agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde» será um instrumento do Estado de Cabo Verde que baliza os sonhos e as ambições dos Cabo-verdianos com os ODS e o PEDS e estabelece o caminho, as estratégias e os meios para lá chegar, mas sobretudo corporiza grandes consensos nacionais, do Governo de Cabo Verde e outros órgãos de soberania, de todos os partidos políticos, da diáspora cabo-verdiana, da comunidade académica, das organizações da sociedade civil e, em suma, dos principais atores.

Atendendo às profundas desigualdades e assimetrias regionais e ao consenso nacional sobre a redução progressiva e programada das mesmas, a Agenda estratégica de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde desenvolverá orientações estratégicas para promover a descentralização, o desenvolvimento regional e a convergência dos concelhos e regiões para os ODS. Para o efeito, o Governo, através da Direção Nacional do Planeamento, promoverá, no dia 30 de Junho do corrente ano, um **atelier** subordinado ao tema **“Descentralização, desenvolvimento regional e convergência para os ODS”**, que abordará, em profundidade a agenda de descentralização e, em especial, uma nova vaga de descentralização, ou seja, a regionalização, visando a melhoria da eficiência do Estado, a valorização do potencial económico das ilhas, a redução das assimetrias regionais e a consolidação da democracia. O atelier abordará, ainda, o desenvolvimento regional e estabelecerá metas de convergência das regiões e dos municípios para os ODS.

A anteceder o atelier, serão realizadas **consultas territoriais** em todas as ilhas, com o objetivo de auscultar os atores dos territórios (Autoridades Municipais, Setor Privado, Sociedade Civil, Serviços Desconcentrados dos Estado, Confissões Religiosas, etc.) sobre a respetiva ambição para 2030 e construir consensos sobre orientações estratégicas para promover o desenvolvimento regional e a convergência dos Concelhos e regiões para os ODS e adotar os aceleradores.

Entretanto, desde Dezembro de 2019, o Mundo vem sendo assolado pelo surto do novo coronavírus e pela Pandemia da COVID-19, que alteraram, profundamente, o contexto internacional e nacional, arrastando a economia global para elevados níveis de risco e de incertezas e à recessão. Cabo Verde será dos países mais impactados, tendo uma economia fortemente dependente do exterior. Em 2020 o PIB poderá reduzir-se em cerca de 5.5%. Em consequência, as receitas fiscais reduzir-se-ão em cerca 12,4 milhões de contos e as receitas totais em 18,4 milhões de contos. O défice total poderá atingir 19,5 milhões de contos, ou seja 10,2% do PIB. Podemos perder entre 18 e 20 mil empregos e, especialmente, no Sector Empresarial Privado, onde cerca de 13.500 empregos poderão desaparecer. Assim, 2020 será um ano de recessão e a retoma poderá já acontecer, em 2021, mas muito abaixo do que era expectável antes da pandemia.

Mais do que nunca, mantemos os desafios do desenvolvimento sustentável e Cabo Verde terá que se preparar para se adequar às transformações, já em curso. Assim o exercício “Cabo Verde Ambições 2030” irá priorizar um **Plano de promoção da economia de Cabo Verde pós-pandemia de COVID 19**, enquanto um dos produtos importantes do exercício e componente importante da Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde.

Assim o atelier sobre “Descentralização, desenvolvimento regional e convergência” e as consultas territoriais que o antecedem, servirão, também, para a elaboração do plano de promoção da economia cabo-verdiana.

2 OBJETIVOS DAS CONSULTAS TERRITORIAIS

As consultas territoriais têm por objetivos:

-  Construir consensos de longo prazo sobre como enfrentar e vencer os desafios de desenvolvimento;
-  Priorizar os desafios e as soluções de cada ilha para a construção de uma visão comum do País para Agenda 2030;
-  Construir consensos sobre orientações estratégicas para promover o desenvolvimento regional e a convergência dos Concelhos e regiões para os ODS e adotar os aceleradores;
-  Recolher subsídios para alimentar o ateliê sobre “*Descentralização, Desenvolvimento Regional e Convergência*”, que terá lugar no dia 30 de Junho do corrente ano, no quadro do roteiro do exercício «Cabo Verde Visão 2030».
-  Contribuir para a elaboração do *Plano de promoção da economia de Cabo Verde pós-pandemia de COVID 19*

3 RESULTADOS ESPERADOS

No final de cada consulta, espera-se obter, **para cada tema**, os **principais desafios (no máximo 5)** e as **principais ambições (no máximo 5), do território em questão**.

4 METODOLOGIA DAS CONSULTAS

As consultas territoriais serão organizadas em linha com os princípios da Agenda 2030 para:

- Mostrar o engajamento de Cabo Verde para com a Agenda 2030 - **Universalidade**
- Garantir um processo participativo em que **ninguém fica para trás**, através do engajamento dos diferentes grupos sociais (jovens, idosos, mulheres, homens, grupos vulneráveis) das ilhas na Visão 2030.
- Assegurar que cada território - Ilha-Município - tenha uma palavra a dizer na construção de uma visão conjunta para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 - **Inclusão**.
- Garantir a articulação das soluções locais com as políticas nacionais - **Integração e indivisibilidade**.
- Propor soluções aos desafios nacionais e locais da Agenda 2030, através da criação de **Parcerias entre múltiplas partes interessadas**.

Serão realizadas **sessões de discussão e debate**, reunindo, a convite do Diretor Nacional do Planeamento e dos Presidentes das Câmaras Municipais, os atores locais em cada ilha, a saber:



- ❖ Órgãos Municipais: Câmara e Assembleia Municipal
- ❖ Serviços Municipais
- ❖ Serviços Desconcentrados do Estado
- ❖ Organizações da Sociedade Civil
- ❖ Setor Privado
- ❖ Confissões Religiosas
- ❖ Universidades

4.1 ÁREAS TEMÁTICAS

Desde 2018, os Municípios cabo-verdianos estão a implementar os seus Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS). Esses PEMDS também foram elaborados de forma participativa para identificar programas e projetos prioritários articulados com os PEDS e em linha com os ODS. Portanto, os Municípios já dispõem de uma visão do que consideram ser seus desafios para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o que constitui, sem dúvidas, um valor acrescentado para a construção conjunta da «Visão Cabo Verde 2030».

Assim, em coerência com a Nota Conceptual para o exercício «Visão Cabo Verde 2030», e tendo como referência os PEMDS e a visão de desenvolvimento neles consagrados, as **áreas temáticas das consultas serão**:

-  Desenvolvimento do Capital Humano
-  Gestão do território e desenvolvimento sustentável
-  Resiliência e ação climática
-  Criação de cadeias de valor na agricultura
-  Cabo Verde plataforma internacional de saúde
-  Emprego jovem
-  Economia azul
-  Economia digital
-  Financiamento da economia e desenvolvimento do sector privado

Considerando os objetivos pretendidos e os resultados esperados, **as consultas decorrerão da seguinte forma**:

-  Uma breve introdução aos temas, dada pela DNP e pelas Câmaras Municipais (quanto à visão do Município/ilha preconizado nos PEMDS), seguido de:
-  30 minutos de discussão e debate, sobre cada um dos temas, com foco nos principais desafios e principais ambições da ilha;
-  No final de cada consulta será produzido um documento síntese com os principais desafios (no máximo 5) e as principais ambições (no máximo 5), da ilha, para cada um dos temas abordados.

4.2 DURAÇÃO DAS SESSÕES

As sessões terão uma duração de 3 a 4 horas, e serão facilitadas pela Direção Nacional do Planeamento e pelas Câmaras Municipais.

5 PERGUNTAS DE REFERÊNCIA PARA O DEBATE

5.1 DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Sendo um país de poucos recursos naturais, o principal meio de alcançar o processo de desenvolvimento económico e social passa pelo desenvolvimento do capital humano, nas suas três vertentes: conhecimento, habilidade e atitude. A aposta na formação e capacitação do capital humano torna-se como o meio indispensável para desencadear e alavancar todo o processo produtivo, promovendo a competitividade da economia nacional. A aposta passa, também, pela inclusão e participação da nossa diáspora no processo de desenvolvimento do capital humano, com o efeito spillover nos mais diversos serviços e setores da sociedade.

5.2 RESILIÊNCIA E AÇÃO CLIMÁTICA

A construção da resiliência designadamente, económica, social e ambiental é uma das condições determinantes para o desenvolvimento sustentável.

Cabo Verde deverá realizar todas as metas dos ODS com relevância para a resiliência, designadamente o ODS 7: garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos, isto no âmbito do Plano Diretor do Sector Elétrico; e do ODS 6: Água Potável e Saneamento. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, isto no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento (PLENAS).



5.3 CRIAÇÃO DE CADEIAS DE VALOR NA AGRICULTURA

A criação de cadeias de valor na agricultura é condição *sine qua non* para torná-lo num sector de oportunidades de negócios e competitivo capaz de atrair o investimento privado, em escala para atingir elevados níveis de produtividade. Cabo Verde deverá atingir cerca de 3 milhões de turistas em 2030 e com estes construir o turismo sustentável, valorizando o nosso potencial de diversificação, consumindo sobretudo bens e serviços locais e assim ancorando a agricultura, a pecuária a agroindústria, a pesca e a cultura e indústrias criativas, contribuindo para o emprego e o rendimento.

Cabo Verde deverá realizar o essencial das metas do ODS 2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



5.4 CABO VERDE PLATAFORMA INTERNACIONAL DE SAÚDE

A saúde dos cabo-verdianos é o maior tesouro e os cabo-verdianos aspiram e procuram serviços de saúde de elevado nível. Pela valorização das tecnologias, o envolvimento de especialistas da diáspora e especialmente pelo aumento da participação do sector privado neste domínio devemos procurar elevar o nível de prestação de cuidados de saúde, reduzir a dependência das evacuações, garantir maior equidade e racionalizar os custos.

A pandemia da COVID-19 reserva também novas oportunidades e neste sentido ambicionamos transformar Cabo Verde numa Plataforma Internacional de Saúde, nas valências do Turismo de Saúde, da produção industrial (assemblagem) e manutenção de equipamentos de saúde, da produção de medicamentos e vacinas e da criação de um Centro de Certificação de Medicamentos e Procedimentos.

Cabo Verde deverá realizar o essencial das metas do ODS 3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.



5.5 EMPREGO JOVEM

Se por um lado a evolução do mercado de trabalho tende a eliminar no futuro muitos empregos e a conformar novos perfis de empregos, a oferta de empregos no futuro deverá inverter o sentido atual dos fluxos migratórios, tornar a economia azul num importante gerador de empregos e a economia verde como geradora de emprego decente e redutora das assimetrias regionais e das migrações internas.

Cabo Verde deverá realizar o essencial das metas do ODS 8. Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos, no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Nacional de Ação do Emprego Jovem, promovendo o emprego digno para os jovens com previdência social e reduzindo ao mínimo a proporção dos jovens fora do emprego, da educação e da formação, ou seja, excluídos pelo sistema educativo e pelo mercado de trabalho.



5.6 ECONOMIA AZUL

Os ecossistemas marinhos e a atividade piscatória constituem para este país insular recursos e um sector estratégico para o emprego, a segurança alimentar e a luta contra a pobreza. Assim, apostamos numa caminhada de sucesso pela economia azul, valorizando o que temos de mais abundante, o mar, para o bunkering, os transportes marítimos, portos e logística, a construção



e reparação navais, o turismo náutico e de recreio, os desportos náuticos, o entretenimento e o lazer, a segurança e a vigilância, a indústria farmacêutica, a pesca, a aquacultura e indústria do pescado, a investigação e exploração de recursos biológicos, a energia azul, os ecossistema marinhos, os navios naufragados para mergulho, a energia geotérmica, um mundo de oportunidades para todos. Cabo Verde deverá realizar o essencial dos ODS inerentes à economia azul e em especial o ODS 14. Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, designadamente no âmbito do Quadro de Estratégia Unificada para a Promoção da Economia Azul em Cabo Verde.

5.7 ECONOMIA DIGITAL

Cabo Verde deve encontrar no digital um acelerador para a modernização da administração pública, a promoção da transparência na gestão pública designadamente pela via de melhor regulação, controle social e político, da melhoria do ambiente de negócios, de aproximação da diáspora e do reforço da sua participação. Deve ser eleito como acelerador para vencer a insularidade para um novo modelo de negócios.

Cabo Verde deverá realizar o essencial dos ODS inerentes à economia digital e em especial as metas da economia digital do ODS 17. Parcerias para a implementação dos Objetivos. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, tendo sobretudo em vista que a conectividade é um dos elementos importantes para «Não deixar ninguém para trás», sendo a inclusão digital essencial para o acesso à informação e ao conhecimento.

Que desafios a ilha enfrenta em matéria de economia digital e conectividade? Quais são as suas ambições para 2030?



5.8 FINANCIAMENTO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO NACIONAL

O Sector Privado é o motor principal do novo modelo de crescimento económico, deverá liderar a produção de riqueza e ser um dos mais importantes agentes para o desenvolvimento sustentável. Para que o papel privado assumira esse papel, o Estado deve garantir bom ambiente de negócios, boa regulação e um contexto macroeconómico estável.

Assim, assumem prioridades da governação, o robustecimento do ecossistema de financiamento da economia, o funcionamento em pleno do Fundo Soberano, a competitividade fiscal com discriminação positiva dos concelhos menos atrativos, as Convenções de Dupla Tributação, os incentivos à indústria nacional, a promoção da produtividade do fator trabalho, às conectividades interna e internacionais com o desenvolvimento do novo sistema de transportes marítimos.



5.9 GESTÃO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O território é, a par do capital humano, o principal ativo estratégico de que o país dispõe plenamente. É preciso poder tirar maior partido de todas as potencialidades das ilhas, com a promoção de um desenvolvimento económico equilibrado, harmonioso e ecologicamente sustentável, mediante um aproveitamento racional dos recursos endógenos, com respeito escrupuloso pela diversidade e riqueza natural.

O Governo elaborou e está a implementar uma Política Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, à luz da Nova Agenda Urbana (2016-2036), com vista a harmonizar o quadro das políticas e estratégias sectoriais existentes relacionadas com o tema urbano, incluindo as dimensões social, ambiental e económica. Elaborou, igualmente, a Política Nacional de Habitação.

Praticamente a totalidade dos Municípios cabo-verdianos elaboraram os respetivos Planos Diretores Municipais por um período de 12 anos, e a maioria está em processo de conclusão dos respetivos Planos Estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável.

Contudo, ainda existem desafios em termos de infraestruturização urbana, segurança habitacional, acesso a serviços básicos, como eletricidade, água canalizada e saneamento, e ainda de alternativas capazes de estancar e impedir a formação de novos assentamentos urbanos precários.

Cabo Verde tem o desafio de realizar o ODS 11 - tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; o ODS 10 – reduzir as desigualdades entre e interterritoriais.

6 CALENDÁRIO

Tendo em conta o atelier sobre descentralização que deverá acontecer no dia 30 de Junho e que os resultados das consultas territoriais deverão subsidiar o atelier, propõe-se que as consultas decorram no período de 10 a 16 de Junho, de forma virtual, de acordo com o seguinte calendário:

Ilha	Data	Hora
Santo Antão	10 de Junho	09h00 às 12h30
São Vicente	10 de Junho	14h00 às 17h00
São Nicolau	11 de Junho	09h00 às 12h30
Sal	11 de Junho	14h00 às 17h30
Boa Vista	12 de Junho	09h00 às 12h30
Maio	12 de Junho	14h00 às 17h00
Santiago Norte	15 de Junho	09h00 às 12h30
Santiago Sul	15 de Junho	14h00 às 17h00
Fogo	16 de Junho	09h00 às 12h30
Brava	16 de Junho	14h00 às 17h00